



## POLÍTICA DE PRIVACIDADE

### Índice

1. INTRODUÇÃO .....	2
2. IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL PELO TRATAMENTO.....	2
3. CATEGORIAS DE DADOS PESSOAIS .....	3
4. ORIGEM DOS DADOS PESSOAIS.....	3
5. FINALIDADES DO TRATAMENTO DOS DADOS PESSOAIS, FUNDAMENTO JURÍDICO PARA O TRATAMENTO E PRAZOS DE CONSERVAÇÃO .....	3
6. DECISÕES AUTOMÁTICAS ("PROFILING").....	5
7. CATEGORIAS DE DESTINATÁRIOS DOS DADOS PESSOAIS .....	5
8. TRANSFERÊNCIA DE DADOS PESSOAIS PARA OUTROS PAÍSES .....	6
9. DIREITOS DOS TITULARES DOS DADOS PESSOAIS.....	6
10. CONTACTE-NOS.....	10
11. ALTERAÇÕES À POLÍTICA DE PRIVACIDADE.....	10

## 1. INTRODUÇÃO

A presente Política de Privacidade descreve as orientações e princípios adoptados pela PRESTÍGIO - SERVIÇOS PERSONALIZADOS LDA. (doravante, designada por "Prestígio"), para assegurar a protecção dos titulares de dados pessoais, estabelecendo directrizes relativas aos direitos dos titulares e ao tratamento e livre circulação dos dados pessoais.

No decorrer da sua actividade, a Prestígio recolhe e processa dados pessoais de vários titulares, entre os quais, dos seus colaboradores, prestadores de serviços, entre outros.

A presente Política descreve a forma como a Prestígio procede ao tratamento dos dados pessoais dos seus colaboradores, prestadores de serviço que sejam pessoas singulares e, bem assim, candidatos a colaboradores ou prestadores de serviço que sejam pessoas singulares (todos de ora em diante conjuntamente designados, para efeitos da presente política, por "titulares dos dados").

## 2. IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL PELO TRATAMENTO

É considerado "Responsável pelo Tratamento", ou seja, a pessoa que determina as finalidades e os meios de tratamento dos dados pessoais dos titulares dos dados, a PRESTÍGIO - SERVIÇOS PERSONALIZADOS LDA., sociedade por quotas com sede na Rua São Caetano, n.º 1, 1.º, 1200-828 Lisboa, freguesia de Estrela, concelho de Lisboa, matriculada na Conservatória do Registo Comercial sob o número único de matrícula e pessoa coletiva 502 975 016, com o capital social de 10.000,00€ (dez mil euros).

### 3. CATEGORIAS DE DADOS PESSOAIS

A Prestígio pode proceder ao tratamento de dados pessoais integrados nas seguintes categorias:

- Dados de identificação (física e social), tais como, nome, género, imagem e voz, profissão, idade ou data de nascimento, número de cartão de cidadão, número de contribuinte, número de contribuinte estrangeiro se aplicável, número de identificação da segurança social, número de carta de condução, naturalidade, profissão, estado civil e identificação do cônjuge, peso, altura, número de roupa e calçado, entre outros;
- Dados profissionais e académicos, tais como, habilitações literárias, fluências linguísticas e experiência profissional;
- Dados de Contacto, tais como, morada, endereço de email, contactos de telefone e telemóvel, entre outros;
- Dados de identificação de conta bancária.

### 4. ORIGEM DOS DADOS PESSOAIS

Os dados pessoais que a Prestígio trata são dados maioritariamente fornecidos pelos titulares dos dados aquando do primeiro contacto e enquanto os titulares dos dados mantêm uma relação contratual com a Prestígio.

A Prestígio recolhe dados pessoais em vários momentos e através de vários canais de comunicação, incluindo telefone, email e presencialmente.

### 5. FINALIDADES DO TRATAMENTO DOS DADOS PESSOAIS, FUNDAMENTO JURÍDICO PARA O TRATAMENTO E PRAZOS DE CONSERVAÇÃO

A Prestígio trata os dados pessoais dos titulares dos dados com referência às seguintes finalidades e fundamentos jurídicos:

Categorias de Dados	Finalidades	Fundamento Jurídico
Dados de identificação (física e social)	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Contratação, gestão e execução de contratos de prestação de serviços celebrados a Prestígio e o titular dos dados.</li> <li>• Avaliação do capacidade e idoneidade do titular dos dados para prestar determinados serviços ao abrigo do contrato</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Execução de um contrato no qual o titular dos dados é parte, ou para diligências pré-contratuais a pedido do titular dos dados</li> </ul>
Dados profissionais e académicos		<ul style="list-style-type: none"> <li>• Cumprimento de obrigações jurídicas a que a Prestígio está sujeita</li> </ul>
Dados de Contacto	Contratação, gestão e execução de contratos de prestação de serviços entre a Prestígio e o titular dos dados	
Dados de identificação de conta bancária	Pagar ao titular dos dados as contrapartidas a que tenha direito nos termos do contrato celebrado	

Os dados pessoais dos titulares dos dados são conservados ao longo da duração da relação contratualmente estabelecida com a Prestígio e até 10 (dez) anos desde o fim dessa relação, sendo que em algumas situações o prazo de conservação pode ser superior, caso em que esse alargamento será legalmente justificado e sustentado. Este prazo foi definido tendo em consideração a eventualidade de a Prestígio ter

necessidade de apresentar provas em qualquer litígio ou potencial litígio entre si e os titulares dos dados.

Os dados pessoais dos potenciais colaboradores ou potenciais prestadores de serviço que sejam pessoas singulares são conservados durante a fase pré-contratual que antecede a celebração de um contrato de prestação de serviços. Se vier a ser celebrado um contrato, os dados serão aproveitados para a fase contratual e tratados nos termos referidos no parágrafo anterior. Se, porventura, nenhum contrato vier a ser celebrado por falta de interesse do titular dos dados ou da Prestígio, ou qualquer outro motivo, os dados poderão ser conservados pela Prestígio por um período até 3 (três) anos desde o último contacto, dependendo do motivo pelo qual não haja sido celebrado qualquer contrato. Em algumas situações o prazo de conservação pode ser superior, caso em que esse alargamento será legalmente justificado e sustentado.

#### 6. DECISÕES AUTOMÁTICAS (“PROFILING”)

A Prestígio não recorre a tecnologias para tomar decisões exclusivamente com base no tratamento automatizado dos dados dos titulares dos dados.

Sem prejuízo, a Prestígio poderá recorrer a tecnologias que permitam definir um perfil sobre o titular de dados, porém, nunca de forma total ou exclusivamente automatizada e sem que isso implique quaisquer consequências juridicamente relevantes (ainda que positivas) para o titular dos dados.

#### 7. CATEGORIAS DE DESTINATÁRIOS DOS DADOS PESSOAIS

A Prestígio pode partilhar os dados pessoais dos titulares dos dados com entidades prestadoras de serviços à Prestígio e que no âmbito da prestação desses serviços possam proceder ao tratamento de dados pessoais por conta e mediante instruções da Prestígio, tais como:

- empresas especializadas na prestação de serviços de alojamento do website e sistemas de backups e outros serviços de apoio e desenvolvimento informático;

- empresas prestadoras de serviços de digitalização e arquivo documental;
- advogados, auditores financeiros e outros consultores que prestem serviços de consultoria à Prestígio.

A Prestígio pode ainda partilhar os dados pessoais dos titulares dos dados com terceiras entidades (i) em virtude de exigência ou de notificação judicial para o efeito, desde que devidamente fundamentada e legalmente sustentada; (ii) no caso de solicitação por parte de uma autoridade pública, desde que devidamente fundamentada e legalmente sustentada; (iii) na sequência de pedido expresso por parte dos titulares dos dados relativamente aos dados de que sejam titulares, no exercício dos seus direitos, em particular, o direito de portabilidade; (iv) por exigências da legislação existente.

#### 8. TRANSFERÊNCIA DE DADOS PESSOAIS PARA OUTROS PAÍSES

A Prestígio pode transferir os dados pessoais dos titulares dos dados para outros países. Considera-se que os países membros da União Europeia oferecem o mesmo nível de protecção de dados pessoais que Portugal oferece. Actualmente, a Prestígio não recorre a subcontratantes nem transfere dados para terceiras entidades sediados fora da União Europeia.

No entanto, quando a Prestígio transferir, por algum motivo, dados pessoais a entidades fora da União Europeia, assegurará que essas pessoas ou empresas concordam em protegê-los contra utilizações ou divulgações indevidas, em conformidade com o regime legal de protecção de dados pessoais, através da assinatura de acordos de subcontratação integrados por cláusulas-modelo aprovadas pela Comissão Europeia ou outros meios legalmente adequados.

#### 9. DIREITOS DOS TITULARES DOS DADOS PESSOAIS

Como expressão do compromisso relativamente à garantia da privacidade dos titulares dos dados, a Prestígio garante, em conformidade com a legislação nacional e

comunitária aplicável, um conjunto alargado de direitos que podem ser exercidos nos seguintes termos:

- Direito de Acesso

Os titulares dos dados podem, a todo o tempo, contactar a Prestígio e requerer confirmação de que os seus dados pessoais são objecto de tratamento e, em caso afirmativo, de serem informados relativamente: (i) às categorias de dados pessoais em questão; (ii) às finalidades do tratamento dos seus dados; (iii) ao respectivo prazo de conservação ou critérios utilizados para o fixar; (iv) aos direitos que lhes assistem e à forma de os exercer; (v) à origem dos dados que lhe digam respeito; (vi) à existência de decisões automatizadas, incluindo a definição de perfis.

A Prestígio apenas poderá fornecer as informações dos titulares dos dados e não dados pessoais sobre outras pessoas. Além disso, caso o acesso possa afectar negativamente os direitos de outra pessoa, poderá não nos ser possível fornecê-los.

Se o titular dos dados o solicitar, a Prestígio enviará uma cópia dos seus dados pessoais em fase de tratamento, em formato electrónico. Caso sejam solicitadas outras cópias, a Prestígio reserva o direito de poder exigir o pagamento de uma taxa equivalente aos custos administrativos incorridos para satisfazer o pedido.

- Direito ao Apagamento

Também conhecido como “o direito ao esquecimento”, permite ao titular dos dados solicitar a eliminação ou remoção dos seus dados pessoais quando não exista nenhum motivo imperioso para a Prestígio continuar a utilizá-los. O direito ao apagamento não é absoluto pois a Prestígio poderá ter o direito ou a obrigação de reter as informações, como acontece, por exemplo, quando estiver sujeita a uma obrigação jurídica ou tiver outro motivo válido para as reter.

- **Direito de Rectificação**

Sempre que verifiquem que os dados pessoais objecto de tratamento estão desactualizados, incompletos ou incorrectos, os titulares dos dados poderão solicitar à Prestígio a sua rectificação no mais curto prazo de tempo possível.

- **Direito de Portabilidade**

Os titulares dos dados têm ainda os direitos de: (i) receber da Prestígio os dados pessoais que lhe digam respeito, num formato de uso corrente e leitura automática; (ii) de transmitir esses dados a terceiros alheios à Prestígio, sob sua exclusiva responsabilidade; e/ou (iii) de solicitar à Prestígio que transmita aqueles dados a terceiros. O direito à portabilidade cobre apenas os dados para os quais o titular deu consentimento para serem tratados, dados referentes a um contrato no qual o titular é parte ou se o tratamento for realizado por meios automatizados.

A Prestígio reserva o direito de recusar pedidos de portabilidade sempre que estes prejudiquem os direitos e as liberdades de terceiros, ou entrem em conflito com algum requisito legal.

- **Direito à limitação do tratamento**

Em determinadas situações, o titular dos dados tem o direito de “bloquear” ou de suprimir a utilização continuada das informações dos titulares dos dados. Quando o tratamento é limitado, a Prestígio continua a poder conservar as informações dos titulares dos dados, mas não pode continuar a utilizá-las.

O titular dos dados pode solicitar a limitação do tratamento dos seus dados por tempo indeterminado, quando pretender suspender o tratamento, mas conservar os seus dados. Esta situação pode verificar-se quando:



- (i) o titular dos dados conteste a exactidão dos dados, sendo o tratamento limitado durante um período de tempo que permita à Prestígio verificar a exactidão dos mesmos, ou
- (ii) o titular dos dados aguarda a resposta a um pedido de oposição ao tratamento.

Quando um tratamento é limitado, os dados pessoais só serão novamente tratados se o titular dos dados der o seu consentimento, salvo tratamentos específicos contemplados na lei. A Prestígio garante que o titular dos dados que solicitou a limitação dos seus dados é informado antes de ser anulada a limitação ao referido tratamento. A Prestígio reserva o direito de limitar o tratamento de dados dos titulares quando não necessite deste, comprometendo-se a conservar os dados pelo período de retenção pré-estabelecido. A Prestígio garante que o titular dos dados que solicitou a limitação dos seus dados é informado antes da respectiva anulação.

- Direito à oposição

A Prestígio assegura os meios necessários para que o titular dos dados possa opor-se a determinados tratamentos de dados pessoais para determinadas finalidades, sem prejuízo de directivas ou leis em vigor.

O titular dos dados pode opor-se ao tratamento nas seguintes circunstâncias:

- (i) por motivos relacionados com a sua situação particular, a qualquer momento, opondo-se ao tratamento de quaisquer dados pessoais relativos a si baseados em interesses legítimos. Porém, a Prestígio poderá continuar a tratar os dados do titular dos dados se conseguir demonstrar motivos legítimos imperiosos para o tratamento dos dados pessoais que se sobreponham aos interesses, direitos e liberdades do titular dos dados, ou se necessitar dos dados pessoais para estabelecer, exercer ou defender-se em processos judiciais;
- (ii) Pode opor-se a qualquer momento à utilização dos seus dados pessoais para efeitos de marketing directo (incluindo criação de perfis relacionados com esse marketing directo) através do e-mail [geral@prestigio.pt](mailto:geral@prestigio.pt)

- Direito de Reclamação

Não obstante a Prestígio adoptar as melhores práticas em matéria de protecção de dados pessoais, é conferido aos titulares dos dados o direito de apresentar reclamação à Comissão Nacional de Protecção de Dados (<https://www.cnpd.pt>) relativamente ao tratamento dos dados realizado pela Prestígio, por qualquer das vias permitidas pela referida Autoridade de Controlo.

Os direitos previstos e descritos nesta Política e, bem assim, outros direitos legalmente previstos na legislação relevante em vigor podem ser livremente exercidos contactando a Prestígio para os contactos abaixo indicados.

## 10. CONTACTE-NOS

Para quaisquer questões relativas ao tratamento dos seus dados, por favor contacte-nos para:

<u>Morada:</u>	Rua de São Caetano, 1 – 1º andar   Lisboa
<u>E-mail:</u>	<a href="mailto:geral@prestigio.pt">geral@prestigio.pt</a>

Contacte-nos também, sem hesitação, se estiver insatisfeito com algum aspecto relativo à forma como recolhemos, partilhamos ou utilizamos os seus dados pessoais.

## 11. ALTERAÇÕES À POLÍTICA DE PRIVACIDADE

A Prestígio reserva para si o direito de alterar ou actualizar a presente Política de Privacidade em função de novas exigências legais ou regulamentares, bem como na sequência de melhorias da qualidade dos seus serviços e desenvolvimento do nosso compromisso em matéria de protecção de dados pessoais. Quaisquer alterações à presente Política de Privacidade serão devidamente publicitadas nos diversos canais de comunicação da Prestígio.